



ALIADOS NO JOGO, DE NOVO: ASPECTOS GERAIS DA CONFIGURAÇÃO DAS COLIGAÇÕES ELEITORAIS DE PREFEITOS REELEITOS (2016)

ALLIES IN THE GAME, AGAIN: GENERAL ASPECTS OF THE CONFIGURATION OF RE-ELECTED MAYORS ELECTORAL COUNCILS (2016)

ALIADOS EN EL JUEGO, OTRA VEZ: ASPECTOS GENERALES DE LA CONFIGURACIÓN DE LOS COALICIONES PREELECTORALES DE ALCALDES REELEGIDOS (2016)

Zara Rego de Souza¹
Maria Teresa Miceli Kerbauy²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar aspectos gerais das coligações eleitorais de prefeitos reeleitos nas eleições de 2016. Observou-se os dados referentes a migração partidária, tamanho da coligação e tamanho da cidade com o intuito de identificar como os reeleitos se comportaram em relação aos seus aliados. Os dados foram extraídos do sítio do TSE e tratados com técnicas de pesquisa quantitativa. Os resultados demonstram que houve maior adesão dos candidatos à prática das coligações para garantir a sua permanência no jogo, além de ter sido constatado considerável aumento no tamanho da coligação desses prefeitos reeleitos.

Palavra-chave: Eleições municipais; Executivo municipal; Coligações; Reeleição.

Abstract: This paper aims to present general aspects of the electoral coalitions of re-elected mayors in the 2016 evaluations. The data referring to party migration, size of the coalition and size of the city was observed in order to identify how the re-elected behaved in relation to their members. allies. The data were extracted from the TSE website and treated with quantitative research techniques. The results demonstrate that there was a greater adherence of candidates to the practice of coalitions to guarantee their permanence in the game, in addition to an increase in the size of the coalition of these reelected mayors.

Keywords: Municipal elections; Municipal executive; Coalitions; Re-election.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo presentar aspectos generales de las coaliciones preelectorales de alcaldes reelectos en las elecciones de 2016. Se observaron los datos referentes a la migración partidista, tamaño de la coalición y tamaño de la ciudad para identificar cómo se comportaron los reelegidos en relación con sus miembros, aliados. Los datos se extrajeron del sitio web del TSE y se trataron con técnicas de investigación cuantitativa. Los resultados demuestran que hubo una mayor adherencia de los candidatos a la práctica de las coaliciones preelectorales para garantizar su permanencia en el juego, además de un aumento considerable en el tamaño de la coalición de estos alcaldes reelectos.

¹ Graduada em Ciências Sociais (Unifal-MG). Mestranda em Ciência Política no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPOL/UFSCar). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4051-9590> e-mail: zarapdesouza@gmail.com

² Doutora em Ciências Sociais. Docente do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos (PPGPOL/UFSCar). Pesquisadora Produtividade do CNPq. E-mail: teresa.kebauy@gmail.com

Palabras clave: Elecciones municipales; Ejecutivo municipal; Coaliciones preelectorales; Reelección.

1 Introdução

A prática da reeleição para cargos do Poder Executivo não estava prevista na Constituição Federal de 1988 e foi durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1997, pela Emenda Constitucional nº 16, em que passou a vigorar a seguinte redação: “[o] Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente” (BRASIL, 1997). Após sua promulgação, todos os presidentes do país foram reeleitos, até o momento.

A reeleição já entrou em pauta em diversas discussões da Reforma Política brasileira, inclusive chegou a ser aprovada em 2015 a PEC 182/07, que propõem o fim da reeleição para cargos do executivo (BRASIL, 2015). Mas, a medida não foi colocada em prática, pois não avançou no Senado. Recentemente, a discussão voltou a ser pauta no Congresso, quando o deputado Alessandro Molon, líder do PSB, apresentou uma PEC para proibir a reeleição de presidentes, governadores e prefeitos (BRASIL, 2020), mas, até o momento, não entrou em votação.

A proposta de Alessandro Molon foi colocada em pauta após Fernando Henrique Cardoso fazer “*mea culpa*” e dizer que, “historicamente [a reeleição], foi um erro” (CARDOSO, 2020). O ex-presidente afirma que, na época da promulgação da Emenda Constitucional nº 16 de 1997, tinha em mente a reeleição tal qual como acontece nos Estados Unidos, e menciona que hoje, os presidentes são capazes de fazer o impossível para se reelegerem. Fernando Henrique Cardoso espera que as mudanças caminhem para acabar com o instituto da reeleição e instaurar uma forma de votação distrital. A justificativa da retomada dessa discussão posta por Alessandro Molon é fundamentada no fato de “prestigiar a vontade do constituinte originário de 1988, restaurando a redação original do art. 14 da Constituição Federal” (BRASIL, 2020), pois, segundo ele, o instituto da reeleição traz efeitos negativos para a democracia representativa, visto que o governante no poder se beneficia da visibilidade do seu cargo majoritário e prejudica a renovação política, além de aumentar o déficit referente à efetividade do ideal republicano no Brasil.

Fora do Congresso e entre pesquisadores do tema, também muito se discute sobre a prática da reeleição em seus diversos níveis. Alguns autores buscam encontrar variáveis que influenciam na reeleição dos candidatos, como a qualidade da educação (ARAUJO; NETO; LIMA, 2020; CINQUINI, 2017; GONDINHO, 2019; LIMA, 2018), a relação do candidato com o governo estadual e nacional (PEREIRA; RENNO, 2007; MENDES; ROCHA, 2004; MENEGUIN; BUGARIN; CARVALHO, 2005; QUEIROZ DO Ó, 2019), os gastos públicos (CAPUTO, 2019; CAVALCANTE, 2015; DIAS; NOSSA; MONTE-MOR, 2018; SILVA;

BRAGA, 2013), entre outros. Os argumentos vão desde o bom uso das mídias sociais (BRAGA, 2013) até a avaliação do governo e a imagem dos candidatos (VEIGA; SANTOS; NEVES, 2011). Mas, pouco se discute sobre as alianças eleitorais formadas pelos candidatos que obtiveram sucesso ao buscar a reeleição.

De modo parecido ao instituto da reeleição, o debate sobre as coligações eleitorais também esteve em cena na arena pública nos últimos anos, tornando-se pauta fundamental nas propostas de Reforma Política no Brasil. Alguns argumentos apontam as coligações como um mal que corrompe o sistema partidário brasileiro. As coligações facilitam aos partidos pequenos, elegerem seus candidatos para todos os níveis de poder, o que aumenta o custo do processo de tomada de decisões, já que os governos passam a ter que negociar o apoio político em um sistema político extremamente fragmentado. Do ponto de vista dos cidadãos, coligações eleitorais dificultam a *accountability* vertical, dado que o sistema de transferência de votos entre os partidos coligados diminui significativamente as possibilidades de o eleitor premiar ou punir um candidato ou um partido político. O impacto das coligações sobre a *accountability* vertical, ganha maior relevância em contextos de cidades pequenas, já que as diferenças entre as organizações partidárias são menos claras e a formação de amplas coligações são mais comuns.

Dessa forma, como parte da discussão sobre a Reforma Política brasileira, foi proposto o fim das coligações eleitorais sob a justificativa de que “os eleitores poderão ter maior poder de decisão quanto ao projeto político que querem apoiar com o seu voto. [...] [Ao escolher um candidato, os eleitores], terão clareza quanto ao partido político que se beneficia do seu voto” (TSE, 2020). E assim, foi aprovado a Emenda Constitucional nº 97 de 2017, que alterou a Constituição Federal e colocou fim nas coligações partidárias nas eleições proporcionais (vereadores e deputados), além de estabelecer novas normas sobre acesso dos partidos políticos aos recursos do fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuito no rádio e na televisão e dispôs sobre regras de transição (BRASIL, 2017). Essas medidas só foram implementadas a partir das eleições de 2020. Vale salientar que a prática de realizar alianças eleitorais ainda é permitida pela legislação no caso dos candidatos ao cargo de prefeito.

Assim sendo, o presente trabalho busca realizar uma análise descritiva e exploratória dos aspectos gerais das coligações eleitorais de prefeitos reeleitos nas eleições de 2016. Com o uso de técnicas de pesquisa quantitativa, observou-se os dados extraídos do TSE referentes a migração partidária, tamanho da coligação e tamanho da cidade dos 1.211 prefeitos reeleitos no Brasil. Buscou-se identificar como os reeleitos se comportaram em relação aos seus aliados, com o intuito de oferecer um panorama geral dessa situação no pleito de 2016.

2 O instituto da reeleição e as coligações eleitorais no Brasil

O debate sobre o instituto da reeleição na literatura brasileira mobiliza autores das mais diversas áreas do conhecimento que discutem sobre o fenômeno em seus diversos níveis. No

que se refere aos estudos sobre reeleição presidenciais, Machado (2009) observa como o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) oferece enquadramentos narrativos que auxiliam o eleitorado na tomada de decisão. A autora analisou a produção dos discursos do HGPE na TV dos candidatos à reeleição, Fernando Henrique (PSDB) em 1998 e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2006. Machado (2009) afirma que a retórica da reeleição favorece posições privilegiadas na disputa presidencial, dando ênfase aos discursos que trazem o favorecimento da continuidade da gestão administrativa, o lugar de autoridade do candidato-Presidente e a ênfase em discurso programático de cunho econômico.

Martins, Mansano, Parré e Plasa (2016), utilizaram métodos de econometria espacial para analisar os principais fatores da reeleição da Presidente Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2014. Os autores demonstram que a candidata recebeu a maioria dos votos nos municípios menores e menos desenvolvidos. Mas, outro fato a se destacar nesse estudo, é que os autores demonstraram uma relação benéfica da presença do governador na mesma coligação que a candidata à presidência. Seus resultados demonstraram que a presença de prefeitos do mesmo partido ou coligação, não beneficiou a candidata. Por outro lado, "[...] nos Estados em que o governador eleito compartilhava a mesma coligação que a presidente reeleita, foi um quesito positivo nos votos da candidata" (MARTINS; MANSANO; PARRÉ; PLASA, 2016, p. 166).

Pereira e Rennó (2007) analisaram os determinantes do sucesso eleitoral para a Câmara dos Deputados nas eleições de 1998 e 2002. Os autores utilizaram modelos estatísticos com técnicas de máxima verossimilhança que indicaram que, em 1998, a proximidade dos candidatos à reeleição para a Câmara dos Deputados com o Presidente da República teve um forte impacto no seu sucesso eleitoral. Porém, para as eleições de 2002, essa variável não apresentou nenhum valor estatisticamente significativo. Os autores demonstram que "quem gastou mais, obteve mais votos na eleição anterior, concentrou menos votos e mudou menos de partido, tem maior chance de ser reeleito (PEREIRA; RENNÓ, 2007, p. 679). Mas, cabe salientar que os autores chamam atenção para a importância do impacto do Presidente na relação entre Deputado e Presidente. Esse impacto seria condicional às características da eleição presidencial, ou seja, sofre mudanças de uma eleição para outra, dependendo da posição do presidente no processo eleitoral. Segundo os autores, isso significa que "[...] esta variável apenas tem seu efeito atenuado em momentos eleitorais onde o Presidente se ausenta do processo eleitoral [...]" (PEREIRA; RENNÓ, 2007, p. 680).

Ainda nas análises sobre deputados reeleitos, Eduardo (2015), ao examinar os candidatos a deputado estadual e federal em Minas Gerais nas eleições de 2010, chegou à conclusão de que os candidatos à reeleição são eleitoralmente mais fortes que os demais, e que os candidatos novatos possuem um fraco desempenho. Porém, o grau de competitividade das eleições analisadas é baixo, devido ao fato de que a maioria dos votos se concentrou em candidatos à reeleição. Nos estudos de Barreto (2012) sobre os deputados federais nas eleições

de 2006, o que se demonstra é que não há uma fórmula específica de sucesso devida à configuração atual do sistema eleitoral. Isso, pois, segundo o autor, fazer mais votos e/ou melhorar o posicionamento na lista não são fatores determinantes para a manutenção do mandato. Já Moraes e Koprik (2018), após analisarem a reeleição dos deputados federais no Brasil na eleição de 2014 à luz da teoria dos jogos, concluíram que o desempenho de um parlamentar em seu primeiro mandato é maior do que um desempenho de um parlamentar reeleito. Por conta disso, autoras consideram que a reeleição não é totalmente benéfica para a sociedade.

Em relação ao instituto da reeleição no executivo municipal, diversas são as contribuições da literatura brasileira sobre o tema. Inicialmente, cabe destaque aqui os estudos de Araújo, Neto e Lima (2020), que analisaram a influência da qualidade de educação, medida pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), na reeleição de prefeitos cearenses em 2012. Seus testes estatísticos de análise de regressão demonstraram que essa variável não afetou a probabilidade de reeleição dos prefeitos nos caso estudado. A influência nessa situação veio pelos gastos *per capita* na área educacional. Em direção à influência dos dados fiscais na reeleição, Meneguim, Bugarin e Carvalho (2005) contribuíram com o debate quando analisaram essas variáveis nas eleições executivas municipais de 2000 no Brasil. Os testes estatísticos dos autores apontam para resultados que sugerem que os gastos das prefeituras serão mais controlados, quanto maiores forem as chances de reeleição desses prefeitos. Quando a despesa pública *per capita* aumenta, segundo os autores, esse comportamento torna-se ainda mais forte. Esses resultados caminham na direção dos encontrados por Silva e Braga (2015) quando examinaram as chances de reeleição dos prefeitos do estado da Bahia nas eleições de 2000, 2004 e 2008. Os autores concluíram que os eleitores punem os prefeitos que aumentam seus gastos no ano eleitoral, dificultando, assim, sua reeleição.

Veiga, Santos e Neves (2011) analisaram o voto na reeleição de prefeitos de oito capitais brasileiras na eleição de 2008, observando mecanismos explicativos para a tomada de decisão dos eleitores internos (escolha do eleitor) e externos (alternativas apresentadas pelos partidos). Em suma, os resultados de testes de regressão aplicados pelos autores demonstraram que a avaliação positiva da administração municipal aumenta as chances de se votar no candidato à reeleição.

A variável de alinhamento partidário do prefeito com os cargos de governador e presidente também se mostraram significantes nos estudos de Coelho (2020) e de Silva e Braga (2015). Em ambos os casos, essa variável apresentou maiores chances de reeleição para os prefeitos. Por outro lado, Coelho (2020) destacou que a variável de coligação não teve relevância estatística significativa em seus testes. O autor aponta que o resultado pode ser explicado pelo fato de que as relações de coligações em níveis municipais são muito voláteis.

De fato, a literatura destaca a fragilidade das organizações partidárias nas cidades que

“rendem pouco voto” como consequência da imersão em contextos marcados fortemente por relações de dependência e fortemente hierarquizadas. Além de serem deixadas à deriva pelas cúpulas nacionais e estaduais nas cidades que apresentam menores ou nenhum potencial estratégico (RIBEIRO, 2013).

Entretanto, a literatura tem mostrado que as coligações são um artifício importante para a formulação de estratégias eleitorais no sistema partidário brasileiro (KERBAUY; DIAS, 2017; MACHADO, 2012; PEIXOTO, 2010; CARREIRÃO, 2014). Pensando as coligações no nível municipal, Miguel e Machado (2007) apontam uma correlação positiva entre o estabelecimento de coligações e o desempenho dos partidos que as utilizam. Os autores observaram as coligações para prefeito no Brasil entre nas eleições de 2000 a 2008 e demonstraram que o PT teve um melhor desempenho eleitoral quando se tornou mais flexível ao realizar coligações com um maior número de partidos.

Peixoto (2010) afirma que uma variável importante para se estudar as coligações é o tamanho do município. Analisando dados sobre as eleições municipais (majoritárias e proporcionais) durante os processos eleitorais ocorridos nos anos de 2000 a 2008 no Brasil, o autor considerou que quanto menor um município, em termos de tamanho da população, maiores são as chances de se estabelecerem coligações ideologicamente inconsistentes. Os achados sugerem uma dinâmica própria da política em cidades pequenas, o que reflete em parte os argumentos de Ribeiro (2013) sobre a falta de interesse das cúpulas nacionais dos grandes partidos nestas cidades. Assim, coligações passam a responder às necessidades estratégias dos partidos no nível nacional, mas também são marcadas pelas dinâmicas políticas locais.

Dantas (2007) procurou explicar o comportamento das legendas para disputas de prefeituras de aproximadamente 5.500 municípios brasileiros. Sua conclusão aponta que o padrão do comportamento das coligações realizadas pelos partidos é obscurecido por características individuais dos municípios. O autor observou ainda uma conexão entre o nível estadual com o nível municipal, sendo o segundo um reflexo do primeiro.

Ao examinar as eleições municipais do Rio de Janeiro ocorridas nos anos de 1992 e 2000, Jorge (2004) constatou o aumento do número de partidos inseridos em uma coligação e a diminuição do fator ideológico como estruturante para a mesma, indo ao encontro com o fato apontado por Carreirão (2006). Melo e Soares (2016) ao observarem os dados referentes aos pleitos municipais proporcionais no Brasil nos anos de 2004 e 2008, argumentam que há uma grande variação no tamanho da composição das coligações, o que leva a considerar que os partidos optam pelo maior número possível de aliados, mas que a maioria das candidaturas são lançadas por um número reduzido de partidos, sendo compostas, em geral, por dois ou três aliados.

Esse debate se estende em diversas outras variáveis, porém, como já mencionado anteriormente, poucos são os estudos que observaram as questões das coligações realizadas

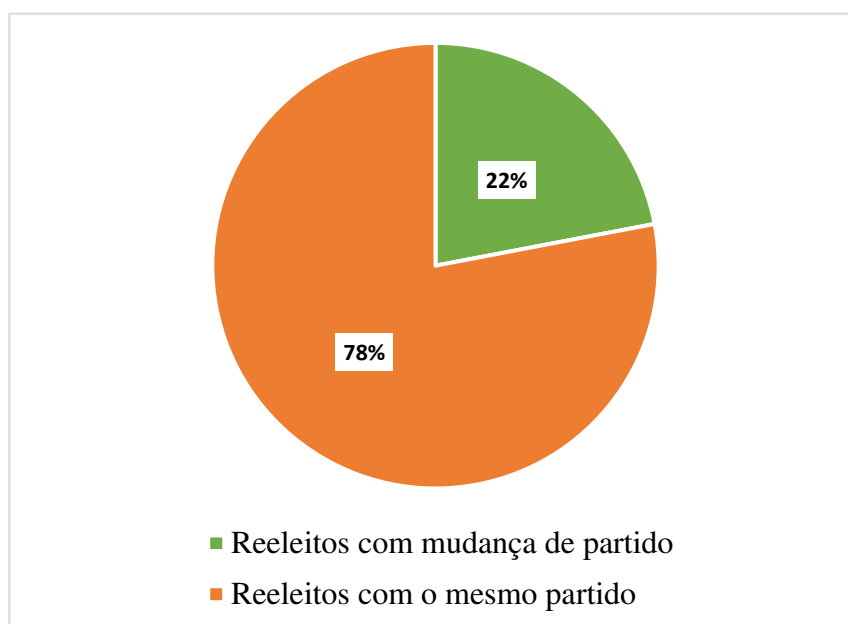
pelos prefeitos reeleitos no Brasil. Com o intuito de gerar uma contribuição para esse debate, o presente trabalho propõe apresentar um panorama geral do tema e a partir de uma análise descritiva e exploratória, de como se configurou as coligações eleitorais dos prefeitos reeleitos nas eleições de 2016 no Brasil. Os indicadores utilizados foram: a migração partidária, tamanho da coligação e tamanho da cidade que são recorrentes na literatura. Na seção a seguir, serão apresentadas as análises dos indicadores selecionados.

3 Resultados

No geral, as análises sobre as coligações no Brasil utilizam-se de uma metodologia quantitativa e buscam observar regras e tendências comportamentais na disputa eleitoral. Os dados utilizados nesse trabalho foram extraídos do sítio do TSE, tratados utilizando técnicas de análise quantitativa e organizados em gráficos e tabelas em perspectiva comparada. O universo estudado representa 1.211 prefeitos reeleitos no Brasil em 2016, significando 25% dos candidatos que assumiram a cadeira do executivo municipal nesse pleito eleitoral.

O primeiro aspecto observado foi a questão da migração partidária. Conforme exposto no Gráfico 1, 22% dos prefeitos reeleitos em 2016 mudaram de partido para exercer o próximo mandato. O partido que mais perdeu seus candidatos foi o PT. Entre 2012 e 2016, a maioria dos prefeitos que migraram de partido para se reelegeram, eram do PT. Os prefeitos que decidiram se reeleger por outro partido que não fosse o PT, se distribuíram em 14 novos partidos, sendo o que mais recebeu ex-petistas foi o PSD.

Gráfico 1 – Percentual de Migração Partidária dos Prefeitos Reeleitos no Brasil (2016)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE, 2016.

Em seguida, foram observados os dados referentes aos candidatos que mudaram sua estratégia em relação aos seus aliados para a reeleição. Esses foram aqui separados em três grupos de prefeitos: a) os que se elegeram em 2012 sem coligação e se reelegeram em 2016 com coligação, b) os que se elegeram em 2012 com coligação e se reelegeram em 2016 sem coligação, e c) candidatos que não alteraram sua estratégia para reeleição, ou seja, aqueles que foram eleitos em 2012 sem coligar, e reeleitos em 2016 sem coligar; aqueles que foram eleitos em 2012 com coligação, e reeleitos em 2016 com coligação, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1 – Estratégias utilizadas pelos Prefeitos reeleitos no Brasil (2016)

ESTRATÉGIAS	%
a) Prefeitos reeleitos com coligação	1,82
b) Prefeitos reeleitos sem coligação	0,5
c) Prefeitos reeleitos sem alteração de estratégia	97,7
TOTAL	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Em relação ao tamanho da coligação, a média de partidos inseridos nas coligações dos prefeitos reeleitos em 2016 foi sete. Observou-se que mais da metade dos prefeitos reeleitos em 2016 aumentaram o tamanho das suas coligações, conforme demonstrado na Tabela 2. Além disso, vale ressaltar que 26% dos prefeitos reeleitos estavam envolvidos em coligações com 10 partidos ou mais.

Tabela 2 – Tamanho das coligações dos Prefeitos reeleitos no Brasil (2016)

TAMANHO DAS COLIGAÇÕES	%
Aumentou	56,48
Diminuiu	27,83
Manteve	15,69
TOTAL	100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Por fim, considerou-se o número de habitantes de acordo com o IBGE (2010), com dados ordenados por faixas populacionais, para demonstrar a relação dos prefeitos reeleitos com o tamanho das cidades. Conforme demonstrado na Tabela 3, 89,76% dos prefeitos reeleitos em 2016 se encontram em cidades com até 50.000. Apenas 0,58% dos prefeitos reeleitos se encontram em cidades de 500.001 a 1.000.000 de habitantes, e outros 0,58% se encontram em cidades com 1.000.001 ou mais de habitantes.

Tabela 3 – Tamanho das cidades vs. Prefeitos reeleitos no Brasil (2016)

FAIXAS	HABITANTES	%
A	0 a 50.000	89,76
B	50.001 a 100.000	4,87
C	100.001 a 200.000	2,31
D	200.001 a 500.000	1,90
E	500.001 a 1.000.000	0,58
F	1.000.001 ou mais	0,58
TOTAL		100

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE (2010).

Vale ressaltar que 26% dos prefeitos reeleitos em 2016, realizaram grandes coligações, com mais de 10 partidos. A maior coligação constatada nesse universo contou com 23 partidos, foi a que reelegeu o prefeito de Campinas-SP, do PSB. Fato interessante a se destacar, pois em 2012, o prefeito de Campinas-SP foi eleito com uma coligação composta por 8 partidos. Ou seja, em 2016, para sua reeleição, o candidato do PSB apostou em uma coligação praticamente 3 vezes maior que a coligação que o elegeu anteriormente.

Porém, esse fato não foi recorrente. As grandes coligações aconteceram, em sua maioria, nas cidades de até 50.000 habitantes (72,78%). As cidades com 1.000.001 ou mais de habitantes representam apenas 2,22% das que contaram com a reeleição de prefeitos inseridos em coligações com mais de 10 partidos.

Por outro lado, 13 municípios em 2016 reelegeram prefeitos sem coligação. Foram essas as cidades com os menores números de habitantes, variando de 1.974 a 11.210 habitantes. Dessas, o PP e o PMDB alcançaram exatamente o mesmo número de cadeiras do executivo municipal, cada um garantiu a reeleição de seus candidatos em 5 cidades.

4 Considerações finais

O objetivo desse trabalho foi de apresentar aspectos gerais das coligações eleitorais de prefeitos reeleitos nas eleições de 2016, no que se refere a migração partidária, tamanho da coligação e tamanho da cidade.

O partido que mais reelegeu prefeitos nesse ano foi o PMDB, sendo responsável por 18% de todos os prefeitos reeleitos no Brasil, deixando o PSDB em segundo lugar, com 16% dos prefeitos reeleitos. Já o PT obteve um baixo desempenho nesse ano, sendo responsável apenas por 7% dos prefeitos reeleitos. Esse resultado alinha-se com a questão já mencionada na migração partidária, pois, como constatado, a maioria dos prefeitos que mudaram de partido para se reelegerem em 2016, eram do PT.

Em relação ao tamanho da coligação, os dados sugerem que os prefeitos que obtiveram sucesso na reeleição, não apenas aderiram mais à prática de realizar coligações, como também

buscaram maximizar seu número de aliados. E, como esperado, já mencionado na literatura, as grandes coligações acontecem em sua maioria nos menores municípios do país.

Por fim, cabe ressaltar que esse é um trabalho descritivo e exploratório. O intuito foi de apresentar aspectos gerais das coligações eleitorais de prefeitos reeleitos nas eleições de 2016. Não cabe aqui, relacionar a influência das coligações com o sucesso da reeleição de prefeitos. Buscou-se apenas levantar dados iniciais sobre essa questão, pouco explorada na literatura. Para avançar na discussão, sugerem-se análises estatísticas mais densas com as variáveis apresentadas, para assim, ocorrer um desdobramento do tema em estudos futuros.

Referências

- ARAUJO, F.; NETO, P.; LIMA, A. Qualidade da educação e probabilidade de reeleição: um estudo nos municípios do Ceará no ano de 2012. **Revista Controle**, Fortaleza, v. 18, n.1, p. 122-150, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://revistacontrole.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/558>. Acesso em 03 de abr. de 2021.
- BARRETO, A. Reeleição para a Câmara dos Deputados em 2006: é possível vencer as incertezas do sistema eleitoral? **Revista Ibero-Americana de Estudos Legislativos**, Rio de Janeiro, n.º. 2, out., de 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/riela/article/view/5845>. Acesso em 02 de abr. de 2021.
- BRAGA, S. O uso das mídias sociais é um bom preditor do sucesso eleitoral dos candidatos? Uma análise das campanhas on-line dos vereadores das capitais das regiões sul, sudeste, e nordeste do Brasil no pleito de outubro de 2012. **Revista Política Hoje**, vol. 22, n.º. 2, pp. 125-148, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3766>. Acesso em 03 de abr. de 2021.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997**. Brasília, 04 de jun. de 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc16.htm. Acesso em 01 de abr., 2021.
- BRASIL. **Emenda Constitucional nº 97, de 04 de outubro de 2017**. Brasília, 04 de out. de 2017. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=26247394>. Acesso em 16 de nov. de 2018.
- BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Mudanças nas Eleições 2020: fim das coligações para os pleitos proporcionais**. Brasília, 19 de out. de 2020. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Outubro/mudancas-nas-eleicoes-2020-fim-das-coligacoes-para-os-pleitos-proporcionais>. Acesso em 30 de mar. de 2021.
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Câmara aprova fim da reeleição para presidente, governador e prefeito**. Brasília, 28 de mai. de 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/460128-camara-aprova-fim-da-reeleicao-para-presidente-governador-e-prefeito/>. Acesso em 30 de mar. de 2021.
- BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposta de Emenda à Constituição N. 2020 (Do Dep. Alessandro Molon e outro(a)s)**. Plenário Ulysses Guimarães: Brasília, 9 de set. de 2020. Disponível em: https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2020/09/PEC_fim_reeleic%CC%A7a%CC%83o_executivo.pdf. Acesso em 30 de mar. de 2021.
- CAPUTO, A. **O impacto dos gastos públicos com segurança pública sobre a probabilidade**

de reeleição nos municípios brasileiros. 28 f. Monografia (Graduação) - Departamento de Economia, Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/24842>. Acesso em 04 de abr. de 2021.

CARDOSO, F. H. **Reeleição e crises.** O Estado de S. Paulo. São Paulo, 05. de set. de 2020. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,reeleicao-e-crisis,70003427387> Acesso em 01 de abr. de 2021.

CARREIRÃO, Y. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 12, nº 1, abr/mai, p. 136-163, 2006. Disponível em: <http://ref.scielo.org/4jtddk>. Acesso em 25 de out. de 2018.

CARREIRÃO, Y. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, nº 14, p. 255-295, mai./ago., 2014. Disponível em: <http://ref.scielo.org/rhtt2k>. Acesso em 25 de out. de 2018.

CAVALCANTE, P. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 21, nº 1, pp. 87-104, abr, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762015000100087. Acesso em 02 de abr. de 2021.

CINQUINI, L. **O impacto do IDEB na probabilidade de reeleição de prefeitos:** uma análise da eleição de 2012. 27 f. Monografia (Graduação) - Departamento de Economia, Universidade de Brasília, 2017. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/19916/1/2017_LucasPiccoloCinquini.pdf. Acesso em 03 de abr. de 2021.

COELHO, R. **A influência do calendário eleitoral na inscrição, cancelamento e pagamento de restos a pagar:** evidências em municípios brasileiros. 61 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Universidade Federal de Pernambuco, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/38527>. Acesso em 06 de abr. de 2021.

DANTAS, H. **Coligações em eleições majoritárias municipais:** a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004. 176 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-26022008-141714/en.php>. Acesso em 24 de out. de 2018.

DIAS, B.; NOSSA, V.; MONTE-MOR, D. O investimento público influencia na reeleição? Um estudo empírico nos municípios do estado do Espírito Santo. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, vol. 52, nº. 5, pp. 880-898, set./out., 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122018000500880. Acesso em 05 de abr. de 2021.

EDUARDO, F. A força dos candidatos à reeleição e o desempenho dos desafiados: uma análise da competição nas eleições legislativas. **Cadernos da Escola do Legislativo**, vol. 17, nº. 27, jan./jun. de 2015. Disponível em: <https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/ojs/index.php/cadernos-ele/article/view/129>. Acesso em 02 de abr. de 2021.

GONDINHO, S. **Reeleição de prefeitos e desempenho da gestão da alimentação escolar:** uma avaliação de municípios brasileiros. 39 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Administração, FUCAPE Pesquisa e Ensino Limitada, 2019. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/63587>. Acesso em 04 de abr. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 28 de mar. de 2021.

JORGE, V. L. Participação eleitoral, partidos e candidatos nas disputas pelas prefeituras dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1992 a 2000. **Revista Alceu**, Rio de

Janeiro, vol. 4, nº 8, pp. 168-190, jan./jun., 2004. Disponível em: http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu_n8_Jorge.pdf. Acesso em 24 de out. de 2018.

KERBAUY, M.; DIAS, A. Eleições municipais brasileiras de 2016: mudança ou continuidade? **Anais do 41º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais - ANPOCS**, Caxambu-MG, out., 2017. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt22-21?format=html>. Acesso em 27 de mar. de 2021.

LIMA, A. **A influência da educação na reeleição dos prefeitos cearenses no ano de 2012**. 44 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/32768>. Acesso em 30 de mar. de 2021.

MACHADO, A. **Alianças eleitorais: casamento com prazo de validade: o caso das coligações brasileiras**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MACHADO, M. A retórica da reeleição: mapeando os discursos dos Programas Eleitorais (HGPE) em 1998 e 2006. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 15, nº. 1, pp. 159-189, jun. de 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000100007. Acesso em 28 de mar. de 2021.

MARTINS, D.; MANSANO, F.; PARRÉ, J.; PLASSA, W. Fatores que contribuíram para a reeleição da presidente Dilma Rousseff. **Revista Política & Sociedade**, Florianópolis, vol., 15, nº. 32, jan./abr. de 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n32p145>. Acesso em 05 de abr. de 2021.

MELO, C.; SOARES, K. Coligações partidárias em eleições proporcionais municipais: fragmentação e sucesso de candidatos com baixa densidade eleitoral, **Análise Social**, Lisboa, nº 220, p. 684-719, set., 2016. Disponível em:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732016000300007. Acesso em 29 de out. de 2018.

MENEGUIN, F.; BUGARIN, M.; CARVALHO, A. **O que leva um governante à reeleição?** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Texto para Discussão nº. 1135, Brasília, 2005. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1638>. Acesso em 28 de mar. de 2021.

MENDES, M.; ROCHA, C. **O que reelege um prefeito?** Consultoria Legislativa do Senado Federal, Texto para Discussão nº. 7, Brasília, 2004. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/99>. Aceso em 03 de abr. de 2021.

MIGUEL, L. F.; MACHADO, C. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 50, nº 4, pp. 757-793, 2007. Disponível em: <http://ref.scielo.org/cczyps>. Acesso em 29 de out. de 2018.

MORAIS, L.; KOPRIK, R. A reeleição de Deputados Federais no Brasil: uma análise a partir da Teoria dos Jogos. **Anais do 46º Encontro Nacional de Economia - ANPEC**, Rio de Janeiro, dez. 2018. Disponível em: https://www.anpec.org.br/sul/2018/submissao/files_I/i7-4faa0973ba21ce0a40ff33d15bd9afa1.pdf. Acesso em 05 de abr. de 2021.

PEIXOTO, V. de M. Coligações nos municípios brasileiros: competição e estratégias. In:

KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. (org.). **Coligações Partidárias na Nova Democracia Brasileira: perfis e tendências**. São Paulo: UNESP, 2010.

PEREIRA, C.; RENNO, L. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 4 (108), pp. 664-683 out./dez., 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101->

31572007000400010&script=sci_abstract&tlng=ES. Acesso em 28 de mar. de 2021.

RIBEIRO, P. F. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n° 10, p. 225-265, jan./abr., 2013. Disponível em: <http://ref.scielo.org/rcqjv5>. Acesso em 27 de out. de 2018.

SILVA, F.; BRAGA, M. Determinantes da reeleição municipal da Bahia para o período de 2000 a 2008. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n°. 40, jan./jun., 2013. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/375/0>. Acesso em 05 de abr. de 2021.

VEIGA, L.; SANTOS, S.; NEVES, D. Como a avaliação do governo local, a imagem dos candidatos e a configuração da disputa influenciam na reeleição do prefeito: Evidências de oito capitais no Brasil, 2008. **Anais do IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR - Opinião Pública, Democracia e Novas Tecnologias: Interações e desafios**. Belo Horizonte, mai. de 2011. Disponível em: http://waporbrasil.ufmg.br/papers/Luciana_Veiga.pdf. Acesso em 28 de mar. de 2021.

Artigo submetido em: 2021-06-20

Artigo aceito em: 2021-07-31